

Saúde da família adotiva

*Edilene Freire Queiroz**

Resumo

Em todos os tempos e culturas, sempre existiram e sempre existirão mulheres que, por inúmeras razões, abandonam ou entregam suas crias para outros criarem. Vários são os dispositivos criados no sentido de proteger tais crianças, desde a institucionalização à prática da adoção. Na sociedade brasileira, ainda persiste a crença de que o filho autêntico e verdadeiro é aquele que mantém laços de consanguinidade; já o adotivo aparece como segunda alternativa, quando as tentativas de procriação falham. Nesse contexto, a adoção está carregada de mitos, falsas impressões, medos e distorções do real sentido e significado desse ato de filiação, contribuindo para que muitas famílias potencialmente capazes de concretizá-lo se recusem a isto. Repensar a questão do abandono e da adoção significa dar passos no sentido de re-significar valores, desmitificar crenças limitantes e considerar, acima de tudo, o bem-estar da criança e do adolescente e a saúde da família. Esse tem sido o propósito do Serviço de Orientação à Filiação Adotiva (SOFIA) criado na Clínica de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco que se dispõe a fazer acompanhamento psicológico de candidatos e de pais adotivos.

Palavras-chave: Adoção (Crianças). Afiliação (Motivação). Comportamento de apego. Atitudes, Vínculos, Mitos.

Health of the Adoptive Family

Abstract

Throughout all times and in all cultures there existed and will always exist women that for many reasons abandon their children or give them away to be raised by others. Several have been the social arrangements created to protect them, from institutionalization to adoption. In Brazilian society still persists the belief that the authentic child is the one with consanguinity bonds. The adopted child appears as a second alternative, when the procreation attempts fail. Because of this, adoption is laden with myths, false impressions, fears and distortions of the real sense and meaning of this affiliation act. In this way they contribute to lead many families who are potentially able of adopting children to refuse doing it. To reconsider the abandonment and the adoption alternatives means to take steps in order to give values a new meaning, “demythologize” limiting beliefs and to consider above all the child’s and the adolescent’s welfare and the family health. This has been the objective of the Orientation Service on Adoptive Affiliation (SOFIA, Portuguese acronym) organized in Psychological Clinic of the Pernambuco Catholic University, readied to offer psychological accompaniment to candidates and adoptive parents.

Keywords: Adoption (children). Affiliation (motivation). Attachment behavior. Attitudes, Bonding, Myths.

Salud de la familia adoptiva

Resumen

En todos los tiempos y culturas, siempre existieron y siempre harán de existir mujeres que, por un sin número de razones, abandonan o entregan sus crías para que otros las críen. Varios son los dispositivos creados para proteger estos niños, de la institucionalización a la adopción. En la sociedad brasileña, todavía persiste la creencia de que el hijo auténtico y verdadero es aquel que mantiene lazos de consanguinidad; el adoptivo aparece como segunda alternativa, cuando las tentativas de procreación han fallado. En ese contexto, la adopción está cargada de mitos, falsas impresiones, miedos y distorsiones del real sentido y significado de este acto de afiliación, contribuyendo para que muchas familias potencialmente capaces de concretizarlo se recusen a esto. Repensar la cuestión del abandono y de la adopción significa dar pasos para dar a los valores un nuevo significado, desmitificar creencias limitantes y considerar, por encima de todo, el bienestar del niño y del adolescente y la salud de la familia. Ese ha sido el propósito del Servicio de Orientación a la Afiliación Adoptiva (SOFIA) creado en la Clínica de Psicología de la Universidad Católica de Pernambuco que se dispone a acompañar psicológicamente a los candidatos y a los padres adoptivos.

Palabras-clave: Adopción (Niños). Afiliación (Motivación). Comportamiento de apego. Actitudes, Vínculos, Mitos.

* Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil. E.mail: equeiroz@unicap.br ; edilenequeiroz@uol.com.br

Introdução

Em quase todos os tempos, culturas e civilizações, sempre existiram – e sempre existirão – mulheres que, por inúmeras razões, abandonaram ou entregaram suas crias para outras. Em contrapartida, há pessoas que, por não conseguirem procriar ou por razões humanitárias, criam, educam, amam e reconhecem como filhos crianças nascidas de outras mulheres. A humanidade sempre criou diversos arranjos sociais para estabelecer outros tipos de dinâmica familiar diferentes daqueles embasados em laços de sangue. Isso significa que a prática da adoção está integrada na história da humanidade. Na mitologia cristã, aparece o profeta Moisés como filho adotivo da filha de um Faraó do Egito e o próprio Jesus torna-se filho “adotivo” de José. Na mitologia grega, Édipo, personagem de uma tragédia de Sófocles, encarna a história de uma criança abandonada pelos genitores e adotada por outro casal. Ele é tomado por Freud como figura paradigmática do drama psíquico vivido por todos os homens. Num canto da *Iliada*, citado por Chaves (1983, p.1), aparece, um lamento em relação à ingratidão da natureza, por negar uma prole, seguida pela expectativa de ser beneficiado com o amparo e consolo, do filho adotivo:

Ah! Eu muito,
Até saíres da penosa infância,
Sofri contigo, e trabalhei bastante,
Na doce esperança de que um dia,
Já que todos os Deuses me negavam sucessão,
Adotando-te como filho,
Meu amparo e meu consolo tu serás.
(Homero, *Iliada*, canto IX)

A prática da adoção sendo milenar e mítica mostra o quanto ela está arraigada à condição da vida social das cidades, tornando-se meio legítimo de acolher as crias abandonadas e atender os lares órfãos de filhos. Assim, à medida que cresce o número de crianças abandonadas, mais se incentiva a prática da adoção como maneira de oferecer uma família a quem não tem e um filho a quem deseja. A Carta dos Direitos Universais da Criança e do Adolescente, promulgada, pela Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 50, disciplinou e legitimou tal prática.

Adoção no Brasil

No Brasil, conhecemos as primeiras legislações relacionadas aos cuidados com crianças e adolescentes

desde o período colonial, como atesta Ferreira e Carvalho (2002, p.138):

[...] a primeira medida oficial sobre cuidados à infância carente no Brasil data de 1553, quando o Rei D. João II determinou que as crianças órfãs tivessem alimentação garantida pelos administradores da colônia. [...]

Com a criação das Santas Casas de Misericórdia, o Brasil Colônia importou o costume europeu: a Roda dos Expostos, ou a Roda dos Enjeitados, instituída pelas mesmas razões da Europa, ou seja, evitar a prática do aborto e do infanticídio e também tornar menos cruel o próprio abandono. Antes de tal sistema, os recém-nascidos deixados em portas de igreja ou na frente de casas abastadas acabavam, quase sempre, morrendo antes de serem encontradas. Essa prática criada sob a influência dos ideais da Igreja oficializou e institucionalizou, no Brasil, o abandono de crianças.

Ao longo do século XIX, entretanto, o desenvolvimento científico contribuiu para que a ideologia “caritativa”, que marcou o atendimento aos expostos, fosse gradativamente substituída pela preocupação com a ordem social. Inaugurava-se assim, a fase “filantrópica”, que perdurou até o século XX (Marcílio, 1998, p.191). Nessa fase, o Estado passou a exercer papel mais ativo no atendimento a crianças e a adolescentes desassistidos, ao definir ações norteadas pelas idéias científicas, cujo objetivo último era o de proteger a sociedade da ameaça que representavam tais menores.

Somente na década de 1930 começaram a funcionar os conhecidos e ainda sobreviventes internatos, orfanatos, lares, casas transitórias etc, legalizados a partir do primeiro Código de Menores, de 1927. Assim, eles passaram a cumprir a dupla tarefa de: por meio da reclusão, proteger as crianças e adolescentes das hostilidades e riscos presentes na sociedade e também de proteger a sociedade da incômoda convivência com a figura do menor abandonado.

Em 1941, foi instalado no país o SAM (Serviço de Assistência ao Menor), porém, em razão dos incontáveis casos de maus tratos às crianças denunciados pela sociedade civil, o Estado inaugurou novo modelo de atendimento com ênfase no bem-estar do menor – a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) –, a qual passou a funcionar em diversos Estados do território nacional como Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem). No entanto, segundo Couto

& Melo (1998), tal modelo trilhava o mesmo caminho de repressão do modelo anterior.

Em 1979, com base na Carta dos Direitos Universais da Criança e do Adolescente promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1950, é elaborada a primeira legislação brasileira direcionada, especificamente, a crianças e adolescentes – o Código de Menores –, que definiu o “menor em situação irregular”. Em seguida, em 1990, após significativas alterações na Constituição Federal, concebeu-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei no. 8.069/90[1990]). Ele traz significativo avanço na concepção de assistência à infância brasileira e, de modo especial, em relação à adoção. Trata-se de importante marco na história e na cultura da adoção no Brasil, porquanto representa a transição do período da “adoção clássica” – que atendia em primeiro lugar à satisfação das necessidades dos casais impossibilitados de gerar filhos biologicamente – para o da “adoção moderna”, que privilegia a criança no sentido de garantir-lhe o direito de crescer e ser educada no seio de uma família (Weber, 2003).

Com a adoção dos princípios definidos pela Doutrina de Proteção Integral, defendida pela ONU e pela Declaração Universal dos Direitos da Criança, crianças e adolescentes passaram a ser concebidos como sujeitos em desenvolvimento, com direito à proteção integral (Campos, 2001; Vargas, 1998, 2000).

A partir de então, a colocação em abrigo e o encaminhamento para família substituta representaram medidas protetivas, norteadas, prioritariamente, pelos interesses da criança e do adolescente. Assim, a falta ou a carência de recursos materiais constituem motivos insuficientes para o abrigamento ou a perda do poder familiar (Chaves, 1997). Conforme destaca Silva (1997, p.47), com a promulgação da legislação atual, a assistência à criança e ao adolescente deixou de ser vista, no país, como questão de caridade, “higienização médica, assistencialismo” ou “segurança nacional”, para se transformar em “questão social”. Na atual fase, prioriza-se “a integração da criança dentro da família” e a “criação de ‘unidades de passagem’, quase residências familiares, sem as características de uma instituição total”.

Mas a regulamentação da adoção e a criação de dispositivos legais para formalizá-la não garantem por si só, o bem-estar das crianças, tampouco das famílias adotivas. Essa é a razão pela qual a equipe que compõe o Serviço de Orientação à Filiação Adotiva da Universidade Católica de Pernambuco (SOFIA/UNICAP) é procurada para apaziguar conflitos e angústias geradas na formação do vínculo pais e filhos.

O Serviço de Orientação à Filiação Adotiva (SOFIA)

A prática da psicanálise na Clínica Escola da Universidade Católica de Pernambuco – sustentada por psicanalistas que se ocupam em ler e subjetivar o mal-estar social, interrogando-se constantemente sobre os limites e a eficácia de sua prática – associada ao exercício investigativo do Laboratório de Psicopatologia Fundamental e Psicanálise gerou o Serviço de Orientação à Filiação Adotiva (SOFIA), voltado para escuta e atenção a pais adotivos.

Começou com o acompanhamento clínico a crianças e pais adotivos, pacientes dessa Clínica. Os pais nos procuravam queixando-se do baixo rendimento escolar de seus filhos, de comportamentos agressivos, de desobediência e de pequenas transgressões. Em respostas a tais atitudes dos filhos, eles reagiam com rechaço e manifestam arrependimento pela adoção; não raro, também expressavam a intenção de devolvê-los ao Juizado de Menores, mesmo cientes de que a adoção era irrevogável.

Passamos, então, a questionar, qual o lugar que tais pais colocavam os filhos que quando insatisfeitos com seus comportamentos, preferiam destituir-se da condição de pais?

Observamos, pela experiência clínica, que eles não se viam implicados no sintoma dos filhos e os atribuíam a causas genéticas ou a traumas por rejeição e abandono anteriores. Isso nos mobilizou a empreender, em 2002, uma investigação sobre o desejo de adotar. Tomamos para análise os dados colhidos pelo Setor de Adoção, da 2ª Vara da Infância e da Juventude, do Estado de Pernambuco. Analisamos 100 protocolos de entrevistas de candidatos à adoção e constatamos que mais de 80% dos entrevistados justificavam a decisão, por serem estéreis. Tamanha evidência tem levado os profissionais que trabalham com o tema a encararem a adoção como recurso para os casos de insucesso e/ou impedimento na gestação.

Ao lado disso, nossa pesquisa revelou que a adoção é ainda um tema tabu; quem opta por ela como forma de constituir uma descendência se vê lançado em um turbilhão de dúvidas, incertezas e questionamentos sobre a própria aptidão de ser pai e mãe e ansiedades quanto à índole da criança. Os mitos presentes no imaginário popular alimentam os medos das famílias em relação à possibilidade de uma descendência não consanguínea. As fantasias sobre a herança genética da criança atravessam silenciosamente a relação pais e filhos como uma verdade velada e responsável pelos possíveis infortúnios, razão pela qual se retarda a decisão. Nos protocolos estudados,

a média de tempo entre pensar em adotar e a tomada de decisão é de dois a três anos e houve um caso em que esse período se estendeu a nove anos.

Sabemos que os preconceitos sempre têm raiz mítica. Com base em tal evidência, prosseguimos as investigações, estudando o imaginário dos pais adotivos antes e depois da adoção, tema da segunda pesquisa realizada em 2003-2004, na qual ficou evidente que a preocupação com a origem do filho ocupava lugar central antes e depois da adoção. Era mais fácil tratar de tal problema quando já existiam casos de adoção na família. Entretanto, convém considerar, em cada um de nós, adotivo ou não, existe a representação inconsciente da duplicidade do casal parental cuja expressão aparece em sonhos, nas fantasias infantis e nos contos de fada. E por que é tão difícil adotar?

As duas pesquisas deram sustentação para investirmos na criação de um serviço de atenção a pais adotivos, o SOFIA – Serviço de Orientação à Filiação Adotiva -, vinculado à Clínica de Psicologia da UNICAP. Tal Serviço passou efetivamente a funcionar a partir de 2005, contando com uma equipe de voluntários (profissionais de psicologia, egressos da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP e da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE); atualmente, conta, também com estagiários de Psicologia. Nosso propósito é acolher pais adotivos, candidatos e filhos, oferecendo-lhes um espaço adequado para trabalhar mitos e preconceitos comuns à adoção e implicá-los nessa filiação, estimulando a circulação da palavra. Nossos objetivos são:

1. identificar os aspectos que poriam em risco ou representariam obstáculo à integração da criança no seu novo quadro familiar;
2. saber qual o lugar que a criança vai ocupar na economia psíquica dos futuros pais;
3. auxiliar os pais na elaboração do luto da paternidade genética, a fim de poder emergir a disposição de receber uma criança que não será a imagem física deles, mas que terá lugar de sujeito e fará um laço familiar de valor simbólico. Ela não portará um patrimônio genético e, por conseguinte, não ocupará uma função em relação ao real do corpo dos pais, mas perpetuará um nome e dará continuidade a uma descendência. A imagem a herdar dos pais estará diretamente relacionada ao fantasma (fantasia) que os pais construirão sobre ela, tanto mais quanto os pais forem capazes de conciliar ou ajustar a imagem

do filho ideal ao filho real, portanto, sem o real do patrimônio genético;

4. levar os pais adotivos a pesquisarem nas suas histórias de vida e nas transgeracionais da família a presença do significante “adoção”. Isso ajudará, sobremaneira, a implicá-los nessa filiação. Concordamos com a afirmação de Hamad (2001) de que o desejo de adotar aparece na história dos pais bem antes da decisão de adotar.

O SOFIA integra o ensino, a pesquisa e a extensão e atualmente desenvolve as seguintes atividades:

- atendimento psicológico a pais e filhos adotivos, a maioria deles encaminhados pelo Setor de Adoção, da 2ª Vara da Infância e da Juventude, do Estado de Pernambuco;
- oficina interativa para reflexão e troca de experiências com outros pais, palestras sobre temas pertinentes e um *site* informativo sobre o serviço (www.unicap.br/sofia) com possibilidades de consultas e esclarecimentos;
- campo de estágio obrigatório aos alunos do curso de Psicologia, com prévia preparação teórica para trabalhar com a especificidade dessa clínica;
- prática clínica especializada para profissionais egressos de Psicologia que se engajam no Serviço como voluntários;
- desenvolvimento de projetos de pesquisa.

Embora o SOFIA se volte mais para a atenção aos pais adotivos, a complexidade do tema requer o investimento constante em pesquisas. Criamos um protocolo de pesquisas com o propósito de retroalimentar nossa prática clínica. A nova lei da adoção no Brasil, promulgada em 20/8/2008, prevê preparação psicológica dos candidatos a adotar o que demandará novas ações no sentido de uma melhor assistência a pais e crianças adotivos, a pais doadores, a famílias acolhedoras.

Desde 2007, estamos desenvolvendo uma investigação sobre o perfil psicológico de pais adotivos. A proposta surgiu da necessidade de se identificar em pais candidatos à adoção, traços psicológicos que favoreçam e facilitem o vínculo deles com a criança adotada. Entre os profissionais que trabalham com adoção, circula a crença de haver famílias “vacionadas para a adoção”. Se isso é verdadeiro, devem existir nesses pais, traços psicológicos que ajudam o processo de vínculo. Convém, então, identificá-los, o que facilitará o processo avaliativo das equipes que trabalham

nos setores de adoção, pois os bancos de dados existentes são constituídos de informações sócio-demográficas e quase nada existe sobre o perfil psicológico dos candidatos a pais adotivos e o dos que já adotaram.

Estão em pauta, para futuras investigações, outros questionamentos de igual importância para a compreensão dos problemas: 1) a expectativa da adoção (pela mãe doadora, pela criança institucionalizada, pelos pais adotivos); 2) o processo de adoção/filiação – mais especificamente sobre a formação dos vínculos, das omissões e dos segredos – e 3) o mal-estar da procriação na adoção.

Refletindo sobre a prática clínica do SOFIA

Em investigação acerca da história das civilizações e, de modo específico, acerca da história da instituição familiar - ou mesmo analisando o legado da mitologia e da tragédia greco-romana e as tradições religiosas de diferentes culturas -, é possível perceber que o gesto de adotar e ou de colocar crianças e adolescentes em famílias que não as de origem biológica define um traço típico nos paradigmas de paternidade, maternidade e filiação que requer, portanto, uma atenção especial.

No artigo 43, do ECA (13/7/1990), segundo o qual “a adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos”, fica claro que se deve privilegiar o adotado e, por conseguinte, deve-se analisar se as condições de quem adota atendem a necessidade de alguém ser acolhido e integrado em ambiente saudável e propício para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades psico-físico-sociais. Desde então, membros das comunidades acadêmicas e judiciárias discutem os critérios referentes à habilitação dos pais adotivos e à legitimidade de suas intenções. Os fatores determinantes relacionados às motivações para a adoção são bastante polêmicos entre os pesquisadores da área.

Na sociedade brasileira, ainda persiste a crença de que o filho autêntico e verdadeiro é aquele que mantém laços de consanguinidade; já o adotivo aparece como alternativa quando as tentativas de procriação falham. De fato, é na família (célula-*mater* da sociedade) que começa o processo de humanização, de identificação, de interação entre os indivíduos. Sob o prisma do amor, sentimento que deve ser cultivado, a criança iniciará sua identificação primária e sadia de mulher e de homem com base no casal parental, ao mesmo tempo em que assimilará modelos de interação entre homens e mulheres. Nessas concepções, a consanguinidade não é o fator determinante para a formação de uma família. O fato de ser filho biológico pode não garantir a dimensão amorosa nem a inscrição

da criança numa linhagem.

Mas, ao longo dos 500 anos de consolidação da nação brasileira, foi construindo-se uma cultura de adoção que, carregada de mitos, falsas impressões, medos e distorções do real sentido e significado dessa prática, contribui para a recusa de muitas famílias potencialmente capazes de concretizá-la. Repensar a questão do abandono e da adoção de crianças e adolescentes significa dar passos no sentido de re-significar valores, desmistificar crenças limitantes e reconsiderar, acima de tudo, o interesse da criança e do adolescente que, como prevê o ECA (cap. III, art. 19), “[...] tem o direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta [...]”. Postulamos que mudança na atual cultura de adoção tornará possível a realização de inúmeros ideais presentes tanto no imaginário das crianças e adolescentes como no dos adultos candidatos a adotar, dando a oportunidade de conciliar os interesses de ambas as partes: o direito incontestável de revelar a verdade quanto à origem da criança, o tipo de vínculo que mantém constituída a família, ou seja, se vínculo por adoção ou não (antes costumava-se ocultar tal fato), a possibilidade de poder exercer plenamente a paternidade ou a maternidade e da criança ou adolescente, ter verdadeiramente uma filiação.

Essas questões têm norteado as reflexões que geraram e mantêm o SOFIA, sustentadas em diálogo constante com os setores responsáveis pela adoção no Brasil e com ONGs que dão apoio à adoção.

A reconstrução da história pregressa dos adotantes tem facilitado o trabalho de implicá-los como pais, de instalar uma convivência sadia e de eles assimilarem a história do filho. Nossa experiência clínica mostra que, no ato de adotar, o sujeito reedita o significante que marcou a sua vida.

A evidência de que o desejo de adotar está relacionado com a condição de esterilidade, como constatamos na nossa primeira pesquisa, corroborando resultados de outras pesquisas apontadas pela literatura sobre o tema, não revela toda a verdade implicada no problema. As histórias transgeracionais das famílias acompanhadas pelo SOFIA revelam uma outra realidade, ou seja, o desejo de adotar surge antes da constatação da infertilidade, logo, a lógica da esterilidade como causa é insuficiente.

Os desejos inconscientes que se condensam no desejo de ter filho são muitos; identificá-los, ressignificá-los e pô-los a serviço de uma perfilhação saudável requer uma escuta clínica de como o casal se organizou para a constituição de uma família adotiva.

Referências

- Campos, N. M. V. (2001) *A família nos estudos psicossociais de adoção: uma experiência na Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília.
- Chaves, A. (1983) *Adoção Simples e Adoção Plena*. São Paulo: Editora revista dos Tribunais.
- Couto, I. A. P & Melo, V. G. (1998) Reconstruindo a história do atendimento à infância no Brasil. Em L. C. Basílio, M. de L. SáEarp & P. N. Noronha (Orgs) *Infância tutelada e educação: história, política e legislação*. (pp.20-28) Rio de Janeiro: Ravil,
- Estatuto da Criança e do Adolescente (2001). Lei 8.069 de 13.07.1990. Recife: Governo do Estado de Pernambuco.
- Ferreira e Carvalho (2002). *Adoção*. Disponível em: <http://www.ibraddic.com.br/temas/familia/adocao/index.htm> Acesso em 25/04/2007
- Hamad, N. (2001) *L'enfant Adoptif et ses familles*. Paris: Denoël.
- Marcílio, M. L. (1998) *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec
- Silva, R. (1997) *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. São Paulo: Ática.
- Weber, L. N. D. (2003) *Laços de Ternura: pesquisas e histórias de adoção*. (Vol. 1, 3a. ed). Curitiba: Juruá.

Recebido em 05/04/2010

Aceito para publicação em 26/06/2010